



347

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção*

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0006014-98.2013.8.17.0000 (306035-3)  
RECORRENTE : ROBERTO DOS SANTOS SILVA  
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA  
CONVOCADO  
COMARCA : RIO FORMOSO - VARA ÚNICA  
ORGÃO JULGADOR : 4º CÂMARA CRIMINAL  
PROCURADORA : MARILÉA DE SOUZA CORREIA ANDRADE

**EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. CONCURSO DE AGENTES. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. IMPRONÚNCIA. DESCABIMENTO. MATERIALIDADE COMPROVADA. PRESENÇA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. PRESCINDIBILIDADE DE PROVA CABAL. NESTA FASE APLICA-SE O PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE. INTELIGÊNCIA DO ART. 413 DO CPP. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

I - A pronúncia prescinde apenas do convencimento acerca da existência do crime e indícios suficientes de sua autoria. Inteligência do art. 413 do Código de Processo Penal.

II - Nos crimes dolosos contra a vida e conexos, o juízo de certeza sobre a autoria, imprescindível para a condenação, reserva-se ao Tribunal do Júri, sendo certo que na fase da pronúncia exige-se apenas prova da materialidade e indícios de autoria, além de imperar o princípio do *in dubio pro societate*.

III - Recurso improvido à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso em Sentido Estrito nº 0006014-98.2013.8.17.0000 (306035-3)**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 02 de 10 de 2013.

Juiz JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA  
Relator Convocado



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0006014-98.2013.8.17.0000  
(306035-3)

RECORRENTE : ROBERTO DOS SANTOS SILVA  
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO  
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA  
CONVOCADO  
COMARCA : RIO FORMOSO - VARA ÚNICA  
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
JULGADOR  
PROCURADORA : MARILÉA DE SOUZA CORREIA ANDRADE

**RELATÓRIO**

**ROBERTO DOS SANTOS SILVA** recorre em sentido estrito da sentença proferida pelo juízo singular (fls. 284/288) que o pronunciou por infração ao disposto no art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c art. 29, caput, ambos do Código Penal.

O recorrente apresentou razões recursais às fls. 292/296, negando sua participação no crime, sob os seguintes argumentos: não confessou o delito conforme consta da decisão recorrida; as testemunhas de acusação são parentes ou amigos íntimos da vítima; não agiu em "comunhão de esforços e desígnios" com o corréu Oseas Cosme da Silva Júnior.

Pugna, ao final, pela sua impronúncia.

O representante ministerial apresentou contrarrazões às fls. 298/302, pleiteando o improvimento do recurso.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

---

O magistrado singular, em decisão às fls. 329, manteve a sentença de pronúncia, determinando a remessa do feito a esta E. Corte de Justiça.

A Procuradoria Criminal, por meio da Procuradora de Justiça Mariléa de Souza Correia Andrade, ofertou parecer às fls. 333/335, opinando pelo "desprovimento" do recurso.

É o relatório. À pauta de julgamentos.

Recife, 09 de setembro de .

**Juiz JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA**  
**Relator Convocado**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0006014-98.2013.8.17.0000  
(306035-3)

RECORRENTE : ROBERTO DOS SANTOS SILVA  
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO  
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA  
CONVOCADO  
COMARCA : RIO FORMOSO - VARA ÚNICA  
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL  
JULGADOR  
PROCURADORA : MARILÉA DE SOUZA CORREIA ANDRADE

VOTO

Conforme relatado, **ROBERTO DOS SANTOS SILVA** recorre em sentido estrito da sentença proferida pelo juízo singular (fls. 284/288) que o pronunciou por infração ao disposto no art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c art. 29, caput, ambos do Código Penal.

O recorrente nega sua participação no crime, sob os seguintes argumentos: não confessou o delito conforme consta da decisão recorrida; as testemunhas de acusação são parentes ou amigos íntimos da vítima; não agiu em "comunhão de esforços e desígnios" com o corréu Oseas Cosme da Silva Júnior.

Pois bem.

Narra a denúncia que no feriado da sexta feira da paixão ocorrido no dia 02 de abril de 2010, por volta das 21h, a vítima Josafá Patrício dos Santos Silva, conhecido como "Macassá", estava reunida com colegas na via pública da Vila Unicap, em Rio Formoso, quando o recorrente se aproximou juntamente com "Lili", Binha" e o denunciado Oseas Cosme da Silva Júnior e o recorrente passou a insultar os moradores daquele bairro afirmando que "ali não havia homem".



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



Diante dos insultos do recorrente, a vítima resolveu interceder, solicitando que os presentes não fossem ofendidos, ocasião em que foi agredido a socos e pontapés, dando-se início a uma briga. Ato contínuo, Oseas Cosme sacou uma faca peixeira e desferiu golpes contra a vítima, causando os ferimentos que foram a causa de sua morte.

Segundo a peça acusatória, a coautoria do recorrente está evidenciada porquanto *"ao perceber que o primeiro portava arma branca e efetuava golpes contra a vítima, deu continuidade à briga, consciente da cooperação que prestava ao resultado morte"*.

Examino:

A materialidade é inconteste.

A controvérsia reside apenas na presença de indícios suficientes de autoria.

Pois bem.

A defesa aduz que o recorrente efetivamente não confessou o delito sob o argumento de que embora tenha confirmado ser *"verdadeira a acusação que lhe é feita"* fez ressalvas que contrariam a acusação.

De acordo com as declarações do recorrente, foi a vítima que deu início aos insultos e às agressões físicas.

Entretanto, há nos autos outros elementos de prova que revelam que foi o recorrente que chegou ao local fazendo insultos e provocou a contenda, o que justifica a sua pronúncia.

Elenilson Oliveira da Silva, **que aos costumes nada disse**, em juízo, ratificou suas declarações prestadas às fls. 78/79, ocasião em que asseverou: *"que viu Macassá discutindo com as pessoas de Oseas"*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

*Roberto; que quando chegou viu que a pessoa de Roberto estava muito afoito para brigar, dizendo muitos palavrões contra Macassá, procurando confusão mesmo; que viu que ia ter confusão e resolveu sair de perto". (g.n)*

O primo da vítima Josivaldo Jerônimo da Silva, em juízo, afirmou que mantinha um bom relacionamento com o recorrente e seus familiares e contou: **"que os acusados chegaram ao local do fato insultando todos da comunidade, afirmando que naquele local não havia homem; que a vítima foi defender os presentes dizendo que respeitassem as pessoas dali; que neste momento houve luta corporal entre o Roberto e a vítima". (g.n)**

A propósito, o depoimento de parentes da vítima tem valor probante, sobretudo quando coerentes com outros elementos de prova, como no caso dos autos.

Sobre a validade de tais depoimentos, o comando do art. 202 do Código de Processo Penal estabelece que "Toda pessoa poderá ser testemunha".

Nesse sentido, colho os seguintes julgados:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO TEMPORÁRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA DE DADOS CONCLUSIVOS SOBRE A AUTORIA DO DELITO. A prisão temporária não requer dados conclusivos sobre o cometimento do delito, e sim fundadas razões de crença na autoria ou participação. **PROVA TESTEMUNHAL TOMADA EXCLUSIVAMENTE DE AMIGOS E PARENTES DA VÍTIMA.** O simples fato de serem parentes e amigos da vítima não retira a força probante de seus depoimentos, que serão valorados pelo magistrado segundo o grau de credibilidade que merecem no confronto com as demais provas. PRIMARIEDADE, BONS ANTECEDENTES, PROFISSÃO DEFINIDA E RESIDÊNCIA FIXA. Primariedade, bons antecedentes e outros elementos não são suficientes para afastar a necessidade da prisão temporária desta. (g.n) (TJAP - HC nº. 395/ - Acórdão nº. 2189 - Rel. CARMO ANTÔNIO - Conselho da Magistratura - j. 14/01/1998 - v. Unânime - p. 27/01/1998 - DOE nº. 1736).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

*"não é defesa a oitiva de parentes da vítima como testemunhas de acusação, mormente quando presenciarem os acontecimentos"*  
(TACRIM-SP - Rev. - Rei Almeida Braga - RJ D 11/235).

TJAP: *"Provas testemunhais. É suficiente para a condenação do réu o depoimento da vítima e de seu pai, testemunha ocular do crime, mormente se se encontram em harmonia com as demais evidências constantes nos autos."* (RDJ 10/153).

Demais disso, tenho que a conduta imputada ao recorrente é a do homicídio duplamente qualificado em concurso de agentes. Logo, é desnecessária a demonstração de que o recorrente tenha agido em "comunhão de esforços e desígnios" com o denunciado Oseas Cosme da Silva Junior, bastando apenas a existência de indícios suficientes de que, de qualquer modo, ele tenha concorrido para o crime, nos termos do art. 29 do CP.

Nesse contexto, entendo que no caso em tela estão presentes os indícios suficientes de autoria necessários a amparar a decisão de pronúncia.

Não é demais lembrar que a pronúncia é juízo de admissibilidade (art. 413 do CPP). O juízo condenatório compete ao Tribunal do Júri, juízo natural, por previsão constitucional dos ilícitos dolosos contra a vida (art. 5º, XXXVIII, "d", da CF). Por essa razão, **qualquer dúvida ou incerteza acerca da autoria delitiva deve ser dirimida pelo Conselho de Sentença, posto que, nesta fase, impera o princípio do *in dubio pro societate*.**

Ante o exposto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao presente recurso**, mantendo, integralmente, a decisão de pronúncia. É como voto.

Recife, 02 de outubro de 2013.

  
**JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA**  
Relator Convocado